

A INTERFACE DA INFORMAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: os estoques de informação como mediadores do processo

INFORMATION INTERFACE AND KNOWLEDGE CONSTRUCTION: information stocks as process mediators

*Glessa H. Celestino de Santana

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão acerca da informação como um elemento passível de uma multiplicidade de definições e abordagens, haja vista estar presente nos mais diversos ambientes e campos do saber. Com base em pesquisa bibliográfica, destaca que a interdependência entre informação e conhecimento mostra-se responsável pela renovação de ambos, uma vez que se constitui um processo cíclico. Como conclusão, ressalta que os estoques de informação, nesse contexto, ocupam lugar de destaque na possibilidade de constituição do conhecimento, contribuindo para a socialização do conhecimento registrado.

Palavras-chave: Informação. Estoques de informação. Conhecimento.

ABSTRACT

This article presents a discussion regarding information as an element that can hold a great number of definitions and present different approaches. This is due to the fact that information is an element that is made present in different environments and knowledge fields. Based on bibliographical research the work points out that there is a cyclic interdependence between information and knowledge and that this is necessary for mutual renewal. At the end it is possible to infer that information stocks are responsible for knowledge construction contributing to the socialization of recorded knowledge.

Key-Words: Information. Information Stocks. Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Há o entendimento por parte dos agrupamentos humanos de que o

conhecimento é parte constituinte do desenvolvimento social. Dessa forma compreende-se, no senso comum, a importância da contínua geração de novos conhecimentos como fator para alavancar todas as esferas que compõem as sociedades. Por sua vez, a produção e a atualização de conhecimentos estão intrinsecamente ligadas ao significado que cada pessoa atribui à informação que acessa.

Este trabalho intenciona tratar da noção de informação enquanto força motriz cujas implicações desencadeiam na constituição do conhecimento, os quais, por sua vez, mostram-se interdependentes, sendo este último responsável por provocar mudanças nas sociedades. O acesso universal ao conhecimento, como um direito de todos os indivíduos sem distinção, tem sido pauta nas reivindicações de órgãos e instituições responsáveis que lidam com estoques de informação, na medida em que fazer circular informações para todos os tipos de público possibilita a construção de conhecimentos necessários para que se verifiquem mudanças efetivas no entorno.

Em face de um problema, determinado conhecimento é comumente requerido. Por essa razão, são demandados certos tipos de informações ao usuário a fim de que haja a constituição desse conhecimento, o qual, por sua vez, poderá vir a ser acionado no momento em que precisar solucionar um problema prático ou teórico. Nesse sentido, a existência de estoques de informação está relacionada à provisão de uma variedade de informações que permitam suprir as necessidades dos usuários nas mais distintas

situações em que possam se encontrar. Os estoques de informação, sob essa perspectiva, são repositórios que, ao serem acionados, podem exercer o papel de intermediários quando da produção do conhecimento, uma vez que se destacam como agentes na transferência de recursos informacionais, promovendo-se a socialização do conhecimento à sociedade em geral.

Desse modo, a evolução do conceito de informação na Ciência da Informação, a partir dos inúmeros estudos que se dedicaram às variadas correntes de pensamento sobre essa questão, não se configura foco deste trabalho, e sim a característica social que a informação apresenta, encontrando-se inserida, neste recorte, nos estoques de informação.

2 A INFORMAÇÃO EM SUA MULTIPLICIDADE DE SENTIDOS

O conceito de informação mostra-se carregado de uma plurissignificação que muitas vezes seu entendimento torna-se comprometido, seja no âmbito do senso comum, seja nos espaços acadêmicos. A preocupação recai sobre a esfera da ciência, no momento em que ela requer maior delimitação de seus conceitos visando teorias e métodos mais consistentes quando do estabelecimento de conhecimentos novos e atualizados.

Em razão de estar inserida nas mais variadas especialidades do saber, as quais podem, por vezes, ser áreas correlatas, e por outras, bastante distintas entre si, a informação é submetida a mais de uma compreensão por parte dos diversos pesquisadores que as compõem.

Tratando especificamente da Ciência da Informação enquanto campo que lida primordialmente com a informação, no que concerne à sua origem, natureza e uso, dentre outros aspectos pertinentes à sua constituição, destaca-se a discussão que se vem promovendo a respeito do objeto de

estudo dessa ciência, qual seja, a informação. A interdisciplinaridade presente na Ciência da Informação contribui para que haja uma multiplicidade de influências incidindo sobre ela, já que os demais campos afins imprimem seus pontos de vista no tratamento do conceito de informação.

Assim, pode-se afirmar que a Ciência da Informação, embora esteja inexoravelmente associada ao estudo da informação em sua relação com o desenvolvimento do conhecimento, continua em busca de uma sistematização que dê conta de encontrar um conceito de informação que lhe seja apropriado, no sentido de se constituir em um conceito peculiar, diferenciando-se de maneira pertinente e irrevogável da compreensão que se tem de informação em outras áreas científicas.

É consensual o entendimento de que se considerou a informação, desde sempre, peça-chave para o auxílio das atividades humanas, as quais estão relacionadas com as tarefas do cotidiano – na lide diária que envolve o comércio, a política, as relações interpessoais etc. – como também com pesquisas técnico-científicas. Ainda assim, concorda-se que, na contemporaneidade, o lugar da informação e do conhecimento possui maior destaque em comparação às épocas anteriores, especialmente devido à presença e influência que as novas tecnologias digitais de informação e comunicação exercem sobre a produção de informações, num incessante acúmulo de conteúdos informacionais.

Corroborando essa questão, Capurro e Hjørland (2007, p. 149) salientam que “embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação”.

Quando se trata do que vem a ser informação, na maior parte das vezes, encontra-se

correlacionada à noção de conhecimento, em função de um não prescindir do outro. Nas palavras de McGarry (1999), a informação se constitui um conhecimento sob o estado potencial, diante disso, há de se reconhecer o aspecto cíclico explicitado na sua relação. Complementarmente, Orrico e Oliveira (2006, p. 143) sugerem que “[...] acerca do que é informação, é possível vê-la sempre ‘modificando’ ou ‘reforçando’ um estado de coisas; ‘alterando’ ou ‘transformando’ o nosso mapa cognitivo; reduzindo o nível de incerteza”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio dessas autoras, traz-se a conceituação que Barreto (2006) propõe a respeito de informação, apresentando-se como “estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade”. E continua, ao dizer:

Fica, ainda, estabelecida uma relação entre informação com a sua produção por um emissor e o seu destino como sendo o conhecimento; destino só realizado se a informação for **percebida e aceita como tal** [...] (BARRETO, 2006, grifo do autor).

A questão da percepção da informação pelo indivíduo que tem acesso a ela é vista como de fundamental importância no âmbito da Ciência da Informação. Cada indivíduo apresenta um rol de distintos valores, crenças, pontos de vista, os quais o singularizam, configurando suas experiências. Essa bagagem subjetiva é individual, embora dentro de uma conformação coletiva, que influencia e ao mesmo tempo é influenciada por conjuntos de experiências pessoais. A característica social que permeia o acesso das pessoas à informação é destacada por Araújo (2010, p. 97) quando diz:

[...] o modelo de informação “social” entende que informação é uma construção (algo é informativo num momento, em outro já não é mais; tem relevância para um grupo mas não para outro; e assim sucessivamente). E mais, é uma construção conjunta coletiva – ou melhor, intersubjetiva. O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela interação dos vários sujeitos e pelo campo de intervenção resultante de suas diversas práticas.

Nesse sentido, compreende-se que a assimilação da informação acessada depende não somente das necessidades de informação do indivíduo que busca reduzir sua incerteza sobre determinado problema, assunto, mas também se submete ao repertório prévio que lhe é próprio. (ROBREDO, 2003).

Por isso, faz-se necessário que haja a inserção da informação num dado contexto para que possua significado. Esse aspecto situacional da informação mostra-se condição para que se produza conhecimento: “A geração do conhecimento é operada pela transferência da informação para a realidade daqueles que a recebem, com base em uma conjuntura adequada de apropriação dessa informação”. (ORRICO; OLIVEIRA, 2006, p. 153).

Reportando-se a Buckland (1991), esse autor afirma que mesmo que o sentido do termo informação ainda seja considerado impreciso em se tratando de um objeto utilizado em várias perspectivas, pode-se tentar se aproximar dele ao considerar seus usos, a saber: a informação como processo, referente à mudança que a informação causa no

conhecimento do receptor; a informação como conhecimento, sendo a percepção do conhecimento comunicado mediante a informação como processo; e a informação como coisa, à qual se atribuem os objetos, os dados, os eventos etc.

Nesse sentido, a informação como coisa, segundo o autor, configura-se a representação em termo de codificação da informação como conhecimento, ao passo que o conhecimento, por ser particular e subjetivo, não pode ser materializável.

Ao lançar o questionamento “o que é informação?”, Buckland (1991), em artigo intitulado “*Information as thing*”, demonstra que a informação como coisa é “qualquer tipo de evidência”, isto é, encontra-se presente em objetos e eventos físicos, contribuindo para a abrangência do sentido da informação, na medida em que ela é, conforme o autor, “usada como evidência do aprendizado – como base para a compreensão”, o que aponta para uma potencial transformação em conhecimento, pois, diante de evidências, o usuário poderá ou não compreender ou aceitar as informações nelas contidas, de acordo com suas intenções ao buscá-las.

Assim, o indivíduo apenas poderá adquirir um novo conhecimento, complementando um preexistente, se, como sujeito cognoscente, for capaz de apreender uma evidência, que em si mesma não tem um papel ativo na mudança do conhecimento, função que o próprio indivíduo deve desempenhar.

Já quando suscita a questão “quando a informação não é informação?” Buckland (1991) chega à conclusão de que qualquer coisa pode vir a ser informativa, a depender do contexto e da intenção de quem a reconhece como evidência, constituindo-se, nesse sentido, uma informação como processo que se torna informação como coisa, quando relevante de ser representada para determinado fim, segundo a subjetividade/criatividade do indivíduo. Em

sintonia com o pensamento de Buckland (1991), Robredo (2003, p. 4) entende:

A informação apresenta-se-nos em estruturas, formas, modelos e ícones; no comércio e na mercadoria; em continuidade e descontinuidade; em sinais, signos, significantes e símbolos; em gestos, posições e conteúdos; em frequências, entonações, ritmos e inflexões; em presenças e ausências; em palavras, em ações e em silêncios; em visões e em silogismos. É a organização da própria variedade.

Nesse entendimento, encontrando-se presente em todas as esferas, a informação também faz parte do ambiente da ciência. Nele, a informação não somente está inserida, como se configura insumo básico que permite o desenvolvimento científico e, conseqüentemente, tecnológico, uma vez que em geral as pesquisas da ciência conduzem às descobertas e ao incremento das tecnologias que vão auxiliar as pessoas em sua rotina pessoal e profissional.

A informação em ciência e tecnologia (ICT), como elemento basilar para o progresso da ciência, é entendida ao mesmo tempo como produto e processo, na medida em que os pesquisadores dela fazem uso em seus estudos acerca da natureza e das sociedades para, a partir daí, produzirem novas informações com a finalidade de conformar uma nova apreensão da realidade.

Além do âmbito acadêmico, requer-se a ICT nas instituições de pesquisa e desenvolvimento (P&D), as quais necessitam de informações a fim de sustentar suas atividades, que são voltadas para o subsídio

das instâncias socioeconômicas de uma região ou país.

Ainda, as informações científicas e tecnológicas mostram-se capazes de fornecer indicadores a serem utilizados quando se busca detectar como a ciência vem sendo aplicada por aqueles que dela participam – pesquisadores doutores e mestres –, pois, mediante a determinação desse escopo, torna-se possível estabelecer que impactos a ciência e as tecnologias têm na sociedade em geral.

Por isso, distingue-se a importância e a necessidade de compreender e monitorar os processos de produção, difusão e uso de conhecimentos científicos, tecnológicos e inovações bem como dos fatores que os influenciam e suas consequências (VIOTTI; MACEDO, 2003). Por esse viés, Gonzalez de Gómez e Canongia (2001, p. 12) complementam ao se reportar à definição de informação científica e tecnológica como:

[...] aquela necessária para estabelecer os elos entre a geração de conhecimentos e seu uso e absorção nas diferentes esferas da economia e da sociedade; as requeridas para a educação e divulgação científica; as demandas pelas interfaces da produção científico-tecnológico com o Estado e suas instâncias decisórias, no planejamento e gestão de C&T; e finalmente, informações destinadas a ampliar a participação da cidadania e suas expressões de elaboração de políticas públicas.

Com efeito, o andamento da ciência depende em essência do ato de renovar

constantemente a produção de novas informações destinadas a acrescentar ao já vasto repertório de conhecimentos desenvolvidos ao longo dos séculos novas maneiras de olhar problemas que vão surgindo. Mediante esse quadro, consideram-se as informações científicas e tecnológicas produto da ciência, que, por sua vez, não prescinde delas no decorrer de suas investigações.

Tendo em vista a existência de um vínculo entre ciência e ICT, Albagli (2009, p. 408) pondera:

Informação em ciência e tecnologia designa aqui a informação que constitui produto e insumo da atividade científico-tecnológica, bem como aquela relevante à circulação desse conhecimento, a seu uso econômico e à sua apropriação social, considerando que ciência e tecnologia são hoje um binômio indissociável.

A ciência ocupa um espaço eminentemente social, em que pese a razão de ser compreendida na história como uma instância produtora de conhecimentos objetivando suscitar avanços que promovam bem-estar para os indivíduos. Diante dessa colocação, há a associação irrestrita entre a ciência e a esfera social. Daí a vocação que a informação tem para intervir nos lugares sociais, ainda que não se constitua necessariamente em informação científica e tecnológica. Conforme Araújo (1991, p. 37-38), a importância da informação advém, sobretudo, da “sua função de organização, difusão e uso do conhecimento como recurso para a geração de novos conhecimentos bem como sua utilização na melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

Com o intuito de realizar uma sistematização das informações produzidas e, em seguida, registradas, costuma-se inseri-las em repositórios denominados estoques de informação. Esses locais podem apresentar uma materialidade, como no caso das instituições como arquivos, museus, centros de documentação, coleções, ou ainda, mais recentemente, encontrarem-se no meio imaterial, especificamente o virtual.

De um ou de outro modo, os estoques de informação servem ao propósito de proporcionar o acesso dos usuários da informação ao registro dos conhecimentos empreendidos globalmente. O acervo social do conhecimento pode, assim, ser visualizado pelo usuário que tenha interesse ou sinta a necessidade de agregar outras posições à compreensão que possui acerca de um dado assunto.

Para tanto, a esse usuário, deve-se prover acesso junto a fontes de informação registradas. Com relação a esse aspecto, Robredo (2003, p. 9) indica que:

a informação é suscetível de ser registrada (codificada) de diversas formas; duplicada e reproduzida ad infinitum; transmitida por diversos meios; medida e quantificada; adicionada a outras informações; organizada, processada e reorganizada segundo diversos critérios; recuperada quando necessário segundo regras preestabelecidas.

Em face da cada vez mais crescente quantidade de informações, impulsionada não somente pela agregação de novas tecnologias digitais, mas também, dentre outros fatores, pela forte exigência a que pesquisadores estão submetidos – no sentido de produzirem

inúmeros trabalhos escritos, pois, do contrário, podem ter seu *status* profissional subavaliado, concorrendo, assim, para que o número de publicações e documentos em geral esteja irremediavelmente em constante aumento de volume –, detecta-se a constituição de estoques de informação.

3 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E SUA IMPLICAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Tem havido um contínuo esforço de instituições, cuja missão é possibilitar o acesso universal dos conhecimentos, bem como de unidades de informação, especificamente, com vistas a empreender a disseminação desses conteúdos, de modo a transmiti-los a todas as pessoas, sem que sejam verificadas quaisquer exceções em virtude da posição socioeconômica em que se incluem.

Disseminar o conhecimento pressupõe a circulação das informações que se inserem nesses estoques, a fim de que elas possam estar disponíveis nos momentos em que os seus usuários se encontrem diante de situações que demandem uma determinada compreensão que eles ainda não detêm, em função de haver uma ausência a esse respeito em seu conhecimento de mundo.

As instituições e unidades de informação que lidam com essa conjuntura, na contemporaneidade, veem-se induzidas a lançar mão dos novos meios de comunicação como maneira de estabelecer formas de mediação entre os usuários e os recursos informacionais. O uso dessas informações está, assim, atrelado a iniciativas de difusão, posto que é condição inexorável que para haver o uso faz-se necessária antes a possibilidade de acesso.

Entendendo os estoques como “um agregado de fatos, ideias, saberes; [...] a informação inscrita, registrada e domiciliada, e intentada para a percepção do receptor”, Barreto (2006)

os associa ao processo de transmissão do conhecimento quando afirma:

Como agente mediador na produção de conhecimento, damos o conceito de assimilação da informação, como sendo um processo de interação entre o indivíduo e uma determinada estrutura de informação, uma ação com apropriação que vem gerar uma modificação em seu estado cognitivo inicial, produzindo conhecimento, que se relaciona corretamente com a informação recebida.

A partir desses movimentos institucionais que visam à transferência da informação, aponta-se a socialização do conhecimento como objetivo a ser perseguido, já que na ocasião de seu acesso, há a expectativa de que aconteça uma mudança na subjetividade do usuário, o que implica transformações latentes da realidade que o cerca. É ainda Barreto (1998, p. 122) quem oferece uma perspectiva a esse respeito ao explicitar que “[...] o fluxo de informação, que, mediante processos de comunicação, realiza a intencionalidade do fenômeno da informação, não almeja somente uma passagem. Ao atingir o público a que se destina deve promover uma alteração [...]”.

Os estoques são considerados repositórios estáticos cujos recursos informacionais que se encontram armazenados em seu interior passam por ações de processo e organização a fim de que sejam passíveis de recuperação por parte dos usuários frente às suas necessidades. Embora configurados em um modelo estático, aos estoques informacionais é permitido transmutar-se em fluxos

dinâmicos quando aliados a atos de comunicação.

Bazi (2007, p. 4) dá continuidade a essa discussão, ao indicar que:

A produção, a organização e o controle dos estoques de informação, para uso imediato ou futuro, são imprescindíveis para que se efetive a transferência da informação. Contudo, para que esses estoques (armazenados nos museus, bibliotecas, bases de dados, arquivos, etc.) sejam acessados, é preciso que o receptor os ative.

Por meio da comunicação desses recursos estocados, tem-se em vista o processo no qual o indivíduo apreende o que acessou. A informação comunicada e percebida pelo usuário torna possível a formação do conhecimento, então, pode-se afirmar que a constituição do conhecimento está imbricada à informação, em uma relação interativa. Sob essa perspectiva, Le Coadic (2004, p. 5) demonstra:

Seja pelo simples prazer de conhecer (Freud), de estar informado sobre os acontecimentos políticos, os progressos da ciência e da tecnologia, ou pelo prazer menos simples de estar a par dos últimos temas e resultados das pesquisas (fatos, teorias, hipóteses, etc.) de acompanhar a vanguarda do conhecimento científico, o objetivo da informação permanece sendo a apreensão de sentidos

ou seres em sua
significação [...].

A aquisição do conhecimento perpassa a assimilação dos ativos informacionais, os quais precisam estar em constante movimento, de forma a causar influência na subjetividade de cada usuário. Kobashi e Tálamo (2003, p. 9) compreendem que “[...] a sociedade organiza seus estoques de informação e estabelece estratégias específicas para colocá-los em ação, para transformá-los em fluxo, tendo em vista um único objetivo: que o sujeito os capture, promovendo a ação de conhecer”.

Essa abordagem aponta para o fato de que a existência em si de estoques de informação não implica necessariamente conhecimento nos usuários, haja vista que, como já mencionado, constituem-se acervos estáticos, mediante os quais há a exigência de se imprimir uma ação, a qual acontece por meio do processo de comunicar, realizado em meio a um contexto específico.

Admite-se, portanto, a socialização do conhecimento como um aspecto de relevância para o desenvolvimento da sociedade, em que pese o reconhecimento do valor que sua disponibilização possui enquanto potencialidade na construção de diferentes estados de conhecimento, que somente podem tornar-se públicos em face do “instrumental tecnológico, que permitiu as transformações associadas à interação individual com as memórias de informação e a conectividade aos diferentes espaços de acessos à informação”. (BARRETO, 1998, p. 124).

A despeito do descompasso existente entre as iniciativas de disseminação da informação – que ocorrem por meio do empreendimento e da manutenção de estoques de informação – e a real democratização da informação, estas continuam sendo válidas porque, somente a partir desses acervos distintos grupos de usuários, os quais formam a variedade de

públicos-alvo da informação, tornam-se capazes de transformar propriamente tais insumos em conhecimento.

Para que essa transformação ocorra a contento, exige-se uma coerência comunicante entre a informação dos estoques e os usuários, em uma ação de convergência que exprime o condicionamento do conhecimento no que concerne à informação. Nesse sentido, Robredo (2003, p. 12) compreende:

A conversão da informação em conhecimento, sendo este um ato individual, requer a análise e a compreensão da informação, as quais requerem, por sua vez, o conhecimento prévio dos códigos de representação dos dados e dos conceitos transmitidos num processo de comunicação ou gravado num suporte material.

A condição para que o conhecimento venha a ser gerado, portanto, passa pela compreensão que o indivíduo apresenta de uma dada informação. Qualquer conhecimento novo, nesse sentido, pode se configurar se não destituído desse tipo de apreensão, em que, frente a uma incerteza, a um problema, persegue-se a introdução de informações que acrescentem novas reflexões à imagem do mundo que cada um mantém.

Na medida em que é incrementado, o repertório experiencial próprio do indivíduo torna-se mais abrangente, embora em tempo algum seja possível considerá-lo completo, em razão de a todo momento, por causa da dinâmica inata às sociedades contemporâneas, haver demandas políticas, culturais etc. que requerem resoluções para

problemas novos, sejam simples, sejam complexos.

No caso específico do ambiente científico, Miranda e Simeão (2002) estabelecem que:

a produção (registro) do conhecimento, conformada à tecnologia e aos elementos constitutivos do documento (tipo-conteúdo-formato-suporte), se dá através da mediação compreendida como absorção das novas ideias, análise e crítica para a complementaridade do conhecimento acumulado, “conjecturas e refutações”, retornando ao ciclo através de novos conhecimentos.

Do exposto, salienta-se que a informação deve estar incluída num contexto com a intenção de o usuário imprimir nela um significado pertinente ao que busca tendo em vista sua necessidade informacional. Em contrapartida, esse mesmo usuário, para constituir um conhecimento por intermédio dessa informação, aciona suas experiências, seus saberes anteriores, pois, apenas quando assim procede, há uma conscientização plena daquilo que compreendeu em face da informação, consolidando, desse modo, sua subjetividade. Por essa razão Robredo (2003, p. 20), reportando-se aos estoques, entende que a informação:

depende enormemente – para não dizer absolutamente – da forma como foi processada, duplicada, armazenada, transmitida, convertida em conhecimento – que

provoca uma ação ou uma reação, uma ordem, uma decisão, um bloqueio – e que pode ser reconvertida, a partir de um acervo de conhecimentos e mediante algum tipo de codificação, novamente, em informação, para qualquer fim que seja.

Nesse processo de consonância entre informação e conhecimento, cada indivíduo toma parte numa coletividade em prol do desenvolvimento de espaços sociais dos quais são membros. Perante a assimilação efetiva da informação, isto é, ao ser conformado o conhecimento, passa a existir maior autonomia entre eles, o que revela a potencialidade emancipadora de modificações em seu derredor.

Como tipos de conhecimento, pesquisadores das áreas de informação e comunicação, dentre outros campos afins, costumam apontar distinções entre os conhecimentos em formato codificado e os conhecimentos intrassubjetivos, que geralmente padecem da impossibilidade de se configurarem documentos, contidos em suportes físicos ou virtuais.

O conhecimento é costumeiramente dividido em três tipos, quais sejam, o cultural, o tácito e o explícito. (TOMAÉL; ALCARÁ; DI CHIARA, 2005). Por conhecimento cultural, entende-se aquele submetido a uma visão holística da existência, envolvendo os valores e a visão que cada pessoa tem das coisas.

Com relação aos outros dois tipos principais de conhecimento, o explícito e o tácito, estes representam, respectivamente, as perspectivas pública e particular do saber. A abordagem que reconhece ambas as perspectivas interessa em especial ao âmbito das organizações, uma vez que a informação deve existir materialmente para que possa ser acessada por seus integrantes.

O conhecimento explícito ocorre quando é possível que seja convertido em informação, que, por sua vez, pode vir a tornar-se conhecimento, porém diferente. Já o conhecimento tácito tem a ver com as idiosincrasias determinantes da identidade de um indivíduo, sendo, dessa forma, não reproduzível. (LE COADIC, 2004).

A presença física do conhecimento, estabelecida por meio de documentos no suporte material ou virtual, correlaciona-se ao conhecimento explícito, pois os saberes próprios dos processos envolvidos nas atividades rotineiras das empresas são repassados constantemente para documentos, tais como relatórios, projetos, diagnósticos etc. Frente a essa transposição dos conhecimentos adquiridos na dinâmica da organização, há a atualização das informações, que, quando bem apreendidas, transformam-se em novos conhecimentos a serem aplicados sobre problemas, como modo de auxiliar os integrantes que compõem esses espaços.

Já o conhecimento tácito sugere uma internalização que é somente expressa por meio de ações – realizadas singularmente por um indivíduo em particular –, o conhecimento explícito pode ser registrado tomando a forma de um documento. Quando codificado, esse conhecimento apresenta condições de ser representado, modificado, organizado.

O conhecimento é privado, enquanto a informação é pública. A informação pode ser transmitida, distribuída, disseminada; mas o conhecimento, por si só, está impedido desse movimento. A sua circulação apenas é passível com sua representação pela informação (GOMES, 2008).

A quantidade de conhecimento codificado foi potencializada a partir de seu registro como informação, propiciado pelas tecnologias digitais de comunicação, de maneira a ser acessível por uma maior fração de pessoas interessadas em extrair novos conhecimentos, em diferentes áreas do saber.

No entanto, a codificação do conhecimento tem sido realizada pelo homem desde sempre. Pinho (2009, p. 22) reforça esse entendimento ao se referir que:

o ser humano inicia as tentativas de organizar e representar o conhecimento desde os primórdios da sua própria existência, transformando as formas de sociabilidade e as relações. Portanto, organizar e representar não são uma necessidade atual, sim, uma preocupação que surge com a própria evolução da sociedade, que anseia pelo compartilhamento, decifração e uso do conhecimento registrado.

À medida que é exteriorizado, o conhecimento passa a ser inscrito em um suporte, que, de modo geral, trata-se de documento. Por documento, compreende-se o suporte convencional em que é registrado e preservado o conhecimento, onde há a representação das ideias, pensamentos, de um conjunto de indivíduos responsáveis pela produção do saber como um todo, sendo um veículo apropriado para tornar as abstrações humanas em algo concreto e cognoscível a fim de que possam ser socializadas e, na sequência, transformadas em novos conhecimentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da necessidade da solução de problemas com os quais os indivíduos se deparam continuamente, há a busca pela informação, a qual possui a capacidade de se transformar em conhecimento, desde que seja compreendida em sua significação por aquele que a acessa. Entende-se a informação como elemento-chave nas mais variadas instâncias da sociedade, tendo em vista que se revela insumo capaz de oferecer suporte às atividades humanas, em sua multiplicidade. Embora a informação tenha sido sempre importante para que os indivíduos desempenhassem suas funções, na contemporaneidade, esta é enfatizada como essencial em todos os âmbitos sociais, em especial por estar intrinsecamente associada às novas tecnologias digitais de informação e comunicação.

O processo de construção do conhecimento com o intuito de gerar mudanças significativas nos variados segmentos das sociedades, seja em um sentido prático, seja por um viés acadêmico, configura-se um aspecto recorrente no cotidiano dos usuários de informação. Para que haja a efetivação desse processo, leva-se em conta a interdependência existente entre informação e produção do conhecimento, em razão de que um não prescinde do outro.

Tendo em vista a perspectiva de socialização do conhecimento, destacam-se os estoques de informação, os quais compreendem repositórios, tangíveis e intangíveis, cujo acervo social representa o conhecimento que uma determinada região ou país dispõe a respeito de diversos temas concernentes aos variados campos do saber. Por serem estáticos, dependem do acesso de usuários para que sejam acionados em seu objetivo, a saber, o de provocar nesses indivíduos novas reflexões acerca das informações que procuram frente a uma necessidade informacional relativa a um problema.

Considera-se, assim, a importância dos estoques de informação para o desenvolvimento dos indivíduos em sua particularidade, no sentido de que, ao acessar e apreender a informação, eles somam ao seu repertório prévio de experiências novos conhecimentos. Nesse sentido, no momento em que se incrementam os conjuntos de conhecimentos inerentes a cada indivíduo, constata-se, como consequência, a conformação de uma coletividade mais preparada para as mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Informação em ciência, tecnologia e inovação: configurações institucionais e mediações tecnológicas. In: BRAGA, G.; PINHEIRO, L. (Org.). **Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento**. Brasília: IBICT; Unesco, 2009. p. 407-430.

ARAÚJO, C. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://infobci.wordpress.com/2011/02/15/o-conceito-de-informacao-na-ciencia-da-informacao/>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

ARAÚJO, V. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 37-44, jan./jun. 1991. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1226>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

BARRETO, A. **Políticas de monitoramento da informação por compressão semântica dos seus estoques**. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/COMPRESSAO/compressaoEstoques2.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

BARRETO, A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

BAZI, R. Produção da informação nos campos da Ciência da Informação e Comunicação Jornalística: possíveis interfaces. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 18, p. 1-14, jan./maio 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/download/6733/4035>> . Acesso em: 21 jan. 2012.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf> >. Acesso em: 21 jan. 2012.

GOMES, H. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramZero- Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev08/Art_01.htm >. Acesso em: 21 jan. 2012.

GONZALEZ DE GOMÉZ, M. N.; CANONGIA, C. (Org.). **Contribuição para políticas de ICT**. Brasília: IBICT, 2001. Disponível em: <http://www.ibict.br/anexos_secoes/ict_contrib.pdf >. Acesso em: 21 jan. 2012.

KOBASHI, N.; TÁLAMO, M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, edição especial, p. 7-21, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://wersig.objectis.net/artigos/3o%20artigo.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. A conceituação de massa documental e o ciclo de interação entre tecnologia e o registro do conhecimento. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, ago. 2002. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/ago02/F_I_art.htm >. Acesso em: 21 jan. 2012.

ORRICO, E.; OLIVEIRA, C. A linguagem na construção do sentido: discurso e organização do conhecimento. In: GONZALEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. (Org.). **Políticas de memória e informação**: reflexo na organização do conhecimento. Natal: UFRN, 2006.

PINHO, F. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife: UFPE, 2009. (Livro-texto).

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A.; DI CHIARA, I. Das redes sociais à inovação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28559.pdf> >. Acesso em: 21 jan. 2012.

VIOTTI, E.; MACEDO, M. (Org.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003.

Dados sobre Autoria

*Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista Capes.
E-mail: glessah@gmail.com

Artigo enviado em agosto de 2012 e aceito em março de 2013.